

# AMÉRICA DO SUL EM CONSTRUÇÃO: TRANSFORMAÇÕES INTERNAS, EXTERNAS E GEOPOLÍTICA REGIONAL

## CONSTRUCTING SOUTH AMERICA: INTERNAL, EXTERNAL TRANSFORMATIONS AND REGIONAL GEOPOLITICS

LÍVIA PERES MILANI

### RESUMO

O presente ensaio tem por finalidade descrever o quadro geopolítico na América do Sul, considerando as transformações ocorridas nas últimas décadas. Argumenta-se que a desconstrução do regionalismo dos anos 2000 – cujo objetivo declarado era aumentar a capacidade de atuação coesa no plano internacional – gerou fragmentação regional, amplificando os desafios estratégicos para a região em um cenário de competição estratégica entre grandes potências. O texto divide-se em três seções: na primeira, são analisadas as fragilidades do regionalismo sul-americano estabelecido nos anos 2000, já presentes desde o momento de sua formação; na segunda, busca-se averiguar as transformações dos últimos anos, que agravaram aquelas limitações já existentes; por fim, apresenta-se, de forma panorâmica, alguns elementos centrais da atuação de potências extrarregionais na América do Sul.

**PALAVRAS-CHAVE:** Regionalismo Sul-americano; Cooperação em Defesa; Competição Estratégica.

### ABSTRACT

This essay aims to describe the geopolitical framework in South America, considering the transformations that have occurred in recent decades. It argues that the deconstruction of the post-hegemonic regionalism – in which the declared objective was to increase the capacity for cohesive action at the international level – generated regional fragmentation, increasing the strategic challenges for the region in a scenario aggravated by the strategic competition between great powers. The text divides into three sections: the first analyzes the weaknesses of the South American regionalism established in the 2000s, already present since the moment of its formation; in the second, it seeks to ascertain the transformations of recent years, which aggravated those already existent limitations; finally, it presents, in a panoramic way, some central elements of the extra-regional powers behavior in South America.

**KEYWORDS:** South American Regionalism; Defense Cooperation; Strategic Competition.

### A AUTORA

Doutora em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (Universidade Estadual Paulista - UNESP/Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP). Pesquisadora contratada do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (NEP -CEEEX) no ciclo 2023-2024.



# 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, há uma tendência de redistribuição do poder econômico mundial, o que gera expectativas de formação de uma ordem internacional multipolar. Nos anos 2000, esta tendência era comumente vista como uma oportunidade para a América do Sul. Considerava-se que os países da região teriam condições de expandir margens de manobra neste cenário de redistribuição do poder global, ampliando a autonomia regional. Naquela década, havia uma aparente perda de protagonismo dos Estados Unidos na região (HAKIM, 2006) e diferentes autores discutiam a possibilidade de emergência de um hemisfério pós-hegemônico (CRANDALL, 2011; DREZNER, 2015). Cabe ressaltar a especificidade da América do Sul – onde a influência dos Estados Unidos é comparativamente menor que na América Central, do Norte e no Caribe (TEIXEIRA, 2012). Estes fatores impulsionavam a ideia de cooperação regional, com liderança brasileira e relativa autonomia frente à potência.

Como parte constitutiva desta percepção de um cenário favorável à região, foram formados arranjos regionais, com marco originário na primeira reunião de presidentes sul-americanos ocorrida no ano 2000 por iniciativa brasileira. A subdivisão geográfica “América do Sul” é amparada pelo Brasil, no entanto, outros atores – seja no espectro regional, ou global – tendem a basear seu planejamento estratégico em outras subdivisões e interesses, como Hemisfério Ocidental, América Latina e Caribe, ou as subdivisões mais específicas do Cone Sul e dos Andes. O regionalismo importa porque ele se relaciona à promoção da “América do Sul” como região geopolítica. Puntigliano (2011) entende o regionalismo sul-americano como parte de uma “geopolítica da integração”, inspirada em correntes de pensamento que remontam ao início do século XX e compreendem a integração como um projeto de autonomia e desenvolvimento.

Em 2008, a União das Nações Sul-americanas (Unasul) foi formalmente constituída, assim como o Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), vinculado à organização, reforçando a percepção de uma nova onda de regionalismo. O processo de constituição da Unasul visava à autonomia regional, contribuindo para a interpretação de crescente protagonismo internacional do Brasil enquanto uma das principais lideranças deste processo. Rigiorozzi e Tussie (2012) denominaram essa onda de regionalismo como “pós-hegemônico”<sup>1</sup>, caracterizando-o como formado por “práticas híbridas como resultado de um deslocamento parcial das formas dominantes de governança neoliberal liderada pelos EUA no reconhecimento de outras formas políticas de organização e gestão econômica de bens (comuns) regionais” (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012, p. 13, tradução livre).

Contudo, hoje, a situação na América do Sul é de frustração desses objetivos relacionados à ampliação da autonomia. A Unasul perdeu ímpeto e foi esvaziada, com o afastamento da grande

---

<sup>1</sup> O ideal de integração regional na América Latina esteve presente desde as lutas por independência na região. Contudo, foi apenas a partir da segunda metade do século XX que se constituíram blocos regionais latino-americanos. A literatura sobre o tema argumenta que o regionalismo ocorre em ondas, a primeira surgiu na segunda metade do século XX, influenciada pelo pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), e visava promover o comércio e a industrialização, ficando conhecida como “regionalismo antigo”. A partir de meados dos anos 1980, com os processos de democratização e abertura econômica, teve início uma segunda onda, que visava adaptar as economias latino-americanas e gradualmente inseri-las no processo de globalização - este movimento é conhecido como “novo regionalismo” ou “regionalismo aberto”. Por fim, nos anos 2000, surgiu a terceira onda, conhecida como regionalismo pós-hegemônico, que visava coordenação política e ampliação de graus de autonomia (BRICEÑO RUIZ, 2013; MARIANO; BRESSAN; LUCIANO, 2021; RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012). Foi apenas na terceira onda que se formaram blocos que reuniam todos os países da América do Sul, sem a inclusão de países centro-americanos e caribenhos.

maioria dos países – incluindo o Brasil, que formalizou a saída em 2019 – e sua substituição por uma outra organização, o Prosul, o que gerou paralisação da cooperação regional (MARIANO; BRESSAN; LUCIANO, 2021; MIJARES; NOLTE, 2018). No momento contemporâneo, ao invés de autonomia, a região é marcada por fragmentação, além da crescente influência de potências extrarregionais. As relações com a China tornaram-se mais relevantes para os países sul-americanos no âmbito econômico-comercial e a Rússia aumentou o alcance diplomático e os contatos estratégicos com países específicos. As relações com esses países têm gerado desconfiança nos Estados Unidos, onde – em um contexto de competição estratégica – essas potências são cada vez mais percebidas como ameaças à sua hegemonia global e regional (THE WHITE HOUSE, 2022; U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2022).

Em um cenário de competição estratégica, iniciado no segundo governo Barack Obama e intensificado durante governo Donald Trump (2017-2020), os países da América do Sul encontram dificuldades para retomar os avanços das décadas anteriores. Inexistindo arranjos coesos para que a região reaja de forma coordenada às mudanças no plano global, o bilateralismo tem predominado nas relações com potências extrarregionais. Nos últimos meses, o governo brasileiro tem sinalizado que busca retomar a cooperação regional, sendo que em seis de abril do corrente ano o país voltou a integrar formalmente a Unasul e em maio sediou um encontro de líderes sul-americanos, a Cúpula do Sul (BRASIL, 2023a, BRASIL, 2023b).

Considerando a mudança na postura brasileira, trata-se de um momento relevante para se refletir sobre as fragilidades do processo anterior e sobre os fatores que propiciaram a ampliação da influência de potências estrangeiras no espaço sul-americano. Assim, neste ensaio, busca-se descrever o quadro geopolítico predominante na América do Sul e questiona-se: quais elementos explicam as transformações ocorridas no contexto geopolítico nas últimas décadas?

O ensaio está dividido em três seções: na primeira, são analisadas as fragilidades do regionalismo sul-americano dos anos 2000, já presentes desde o momento de sua formação; na segunda, busca-se averiguar as transformações dos últimos anos, que agravaram aquelas limitações já existentes; por fim, apresentamos, de forma panorâmica, alguns elementos centrais da atuação de potências extrarregionais na América do Sul.

## **2 A DIMENSÃO REGIONAL: A COOPERAÇÃO SUL-AMERICANA NOS ANOS 2000 E SUAS LIMITAÇÕES**

O regionalismo sul-americano nos anos 2000 era marcado por importantes fragilidades, que dificultavam o objetivo de formação de um bloco geopolítico regional com características autônomas. Entre essas, a literatura destaca os seguintes aspectos: a) as vulnerabilidades econômicas da região; b) a existência de diferentes agendas para a cooperação regional, nem sempre convergentes; c) o desenho institucional intergovernamental e interpresidencialista; e d) a sobreposição de projetos hemisféricos e sub-regionais.

No que se refere ao primeiro ponto, relativo à dimensão econômica, cabe ressaltar que a onda de regionalismo pós-hegemônico surgiu em um momento de relevante crescimento econômico sub-regional, contudo, este dinamismo baseava-se na exportação de *commodities*, especialmente para a Ásia. Essa situação gerou novas formas de dependência econômica (JENKINS, 2012; SVAMPA; SLIPAK, 2015) e tendência de desindustrialização (JENKINS; DE FREITAS BARBOSA, 2012), sem que a dependência em relação aos parceiros tradicionais, estadunidenses e europeus, fosse superada (HARRIS, 2015). O desenho institucional do regionalismo priorizava questões políticas e sociais e,

portanto, não possibilitou caminhos para lidar com essas questões estruturais no âmbito econômico e financeiro. Houve negligência em relação ao comércio nos blocos criados, como é o caso da Unasul, ao mesmo tempo em que o comércio intrarregional estagnava ou caía, em termos relativos (JUNQUEIRA; MILANI, 2019).

Essas fragilidades econômicas têm consequências diretas para a Defesa, já que a falta de complexidade econômica implica dependência em relação aos países centrais, de onde são importadas tecnologias de uso dual e armamentos. As potências exportadoras, especialmente os Estados Unidos, impõem regras sobre quais países podem ter acesso aos equipamentos que produzem. No caso do Brasil, que tem uma base industrial de relevo, a exportação de materiais estratégicos que contém tecnologias ou peças desenvolvidas pelos Estados Unidos também fica refém dessa situação e das preferências geopolíticas da potência. Ademais, em uma situação geral de dependência, as escolhas por parceiros estratégicos têm se mostrado bastante heterogêneas, com alguns países privilegiando os Estados Unidos, outros buscando diversificar as relações e voltando-se para os países europeus, enquanto outros aproximam-se da Rússia, como é o caso específico da Venezuela.

Além dessa dimensão estrutural, outra questão levantada pela literatura refere-se às diferentes agendas ou modelos de inserção internacional priorizados pelos países da região. Comini e Frenkel (2014) apontam que, desde sua formulação, existiam diferentes modelos de inserção internacional reivindicados pelos países sul-americanos e que impactaram na constituição da organização. O primeiro modelo baseava-se na ideia de construção de arranjos sub-regionais para aumentar poder de barganha internacionalmente – era o caso de Brasil, Argentina e Equador. O segundo baseava-se na prioridade atribuída ao comércio internacional, sendo que as relações com os vizinhos ficavam em segundo plano, ou apenas eram avançadas se não comprometessem o objetivo de impulsionar as parcerias comerciais no plano global. Esse era o caso de Chile, Peru e Colômbia – países que passaram a integrar a Aliança do Pacífico. Ainda há que adicionar os modelos do socialismo do século XXI, representado por Venezuela e Bolívia, que se baseavam na noção de um regionalismo anti-imperialista. O primeiro desses modelos predominou na constituição da Unasul, porém, a pluralidade de modelos de inserção internacional sul-americana foi permanente nas últimas décadas.

Também no campo específico da Defesa, havia diferentes agendas sobre como a cooperação regional deveria se constituir. A Venezuela defendia a formação de uma organização com capacidade operacional, apontando a necessidade de uma aliança regional de caráter anti-imperialista (MEDEIROS FILHO, 2017). Já o Brasil buscava uma instituição voltada para a construção de confiança mútua, entendendo a cooperação regional como uma maneira de dissuadir ameaças externas (MEDEIROS FILHO, 2017). A Argentina, por sua vez, buscava uma instituição que refletisse sua política de defesa, baseada em rígida separação entre Defesa – entendida como relativa a ameaças estatais externas – e Segurança Interna – campo no qual incluem-se temas como o combate ao crime organizado e o narcotráfico (VITELLI, 2020).

Essa pluralidade de visões e agendas levou à formação de uma organização baseada em “mínimos denominadores comuns” e uma arquitetura flexível (COMIMI; FRENKEL, 2014, p. 62). Constituiu-se uma institucionalidade intergovernamental e interpresidencialista, baseada na tomada de decisões por consenso (MIJARES; NOLTE, 2018). O desenho institucional era marcado pela busca de acordos amplos e por um processo de tomada de decisão fortemente baseado em cúpulas presidenciais. Esse modelo mostrou-se dinâmico em alguns momentos, quando havia priorização da região e convergências relevantes entre lideranças nacionais, contudo, as mudanças políticas internas e em política externa levaram à perda de dinamismo.

No caso da Defesa, optou-se pela criação do conselho como uma “instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa” (UNASUR, 2008, s/p, tradução livre). Os objetivos gerais atribuídos ao órgão eram:

- a) Consolidar América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral de nossos povos, e como contribuição para a paz mundial; b) Construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, considerando as características sub-regionais e nacionais e que contribua ao fortalecimento da unidade da América Latina e do Caribe; c) Gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa. (UNASUR, 2008, s/p, tradução livre).

Contudo, as noções de consenso e identidade em Defesa estavam longe de ser uma realidade quando o órgão foi instituído. Cabe ressaltar a convivência entre a cooperação sub-regional em Defesa e os arranjos hemisféricos, quarto fator destacado como fragilidade do processo regional. Desde o início, a construção da Unasul se baseou na ideia de formação de um espaço geopolítico próprio, com relativa autonomia em relação aos Estados Unidos e, portanto, deslocado da América Central e do Caribe, regiões mais próximas da potência, pensadas como vitais para sua segurança e onde há maior influência.

Como apresentado por Mijares e Nolte (2018):

A narrativa geopolítica da “América do Sul” foi um produto intelectual brasileiro, concebido para evadir a noção de “Hemisfério Ocidental” que inclui Canadá e Estados Unidos, “América Latina”, que se estende até a América Central e Caribe, onde o Brasil tem pouca influência, ou a noção de “América Hispânica”, que exclui linguisticamente e culturalmente o gigante sul-americano. Ao considerar a América do Sul como uma ilha continental em que o Brasil representa quase da metade das capacidades totais, com a vantagem de ser um ator unitário e com uma diplomacia profissionalizada, a liderança da região logicamente recairia sobre essa potência. (MIJARES; NOLTE, 2018, p. 109, tradução livre).

No entanto, as instituições sub-regionais inserem-se em um âmbito mais amplo, marcado pela permanência de instituições e da cooperação pan-americana. Agendas como a articulação política, observação eleitoral e a cooperação em defesa e segurança são sobrepostas, por exemplo, entre a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Unasul. No campo da Defesa, as concepções destacadas por ambas as organizações eram bastante diferentes. Por um lado, no âmbito da OEA, houve uma discussão sobre ampliação do conceito de segurança, no qual esta passou a ser percebida como multidimensional. O conceito de “segurança multidimensional”, no entanto, não aparece nos documentos ou na estrutura do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) (SAINT-PIERRE, 2011; VITELLI, 2020). No âmbito da organização, a preferência foi pela criação de um órgão específico para Defesa, e de outros conselhos para lidar com problemas como o crime transnacional e o narcotráfico.

Apesar disso, internamente aos países, há crescente participação dos militares no combate ao crime organizado, narcotráfico e/ou patrulhamento de fronteiras. Assim, não parece ter existido uma discussão profunda sobre o significado de segurança e defesa na região, mas a construção de instituições baseadas em consensos mínimos também na área de Defesa (VITELLI, 2020). O modelo argentino, de separação rígida entre defesa e segurança, prevaleceu na construção do CDS, mas não condiz com as políticas internas dos países da região. Havia, portanto, um descompasso. Mesmo aqueles países fortemente engajados na criação do órgão, como Brasil, Venezuela e Argentina, têm empregado os militares em missões outras que a defesa externa entendida de forma tradicional (VITELLI, 2020).

Ademais, a própria identificação de ameaças é pouco convergente na região. Os casos emblemáticos são os de Venezuela e Colômbia, bastante discrepantes. A primeira percebe os Estados Unidos como ameaça e buscou estabelecer parcerias com potências extra-hemisféricas, essencialmente a Rússia e, em alguma medida, a China, para neutralizar essa situação (RENDON; FERNANDEZ, 2020; VENEZUELA, 2017). Já a Colômbia, que percebe o crime e as insurgências como ameaças principais, entende os Estados Unidos como principal aliado para lidar com tais questões (TICKNER, 2007; TICKNER; MORALES, 2015). O Brasil, naquele momento, buscava uma posição de autonomia, priorizando as relações com a região, ao mesmo tempo em que pretendia manter relações cordiais e positivas com a potência (MILANI, 2021b).

Como articulado por Vitelli (2020):

Nesse sentido, o fato de tanto destaque ter sido dado ao CDS como um fórum de diálogo sobre segurança regional – uma função supostamente menor – indica que o próprio entendimento do que significava segurança para os sul-americanos foi identificado como um ponto de divergência, um objeto de disputa tanto entre visões ideologicamente opostas – especificamente colombianas e venezuelanas – quanto entre países que se opunham ao conceito de segurança multidimensional e aqueles que o favoreciam. (VITELLI, 2020, p. 85, tradução livre).

Considerando a heterogeneidade de perspectivas em relação ao modelo de regionalismo e as formas de inserção internacional, não parece surpreendente que o objetivo de criação de uma identidade sub-regional em Defesa não tenha se concretizado. Ao contrário, o que se viu nos anos seguintes foi um aprofundamento das discrepâncias existentes.

### **3 A FRAGMENTAÇÃO REGIONAL E A CRESCENTE FALTA DE CONVERGÊNCIA ESTRATÉGICA**

As dificuldades relacionadas ao processo decisório na Unasul ficaram evidentes em 2017, quando a organização não conseguiu eleger um secretário-geral em razão da regra de decisões por consenso. Assim, o bloco ficou sem liderança política, um símbolo da falta de convergência regional e da incapacidade de atuação conjunta. Escrevendo em 2018, Mijares e Nolte comentam que “A América do Sul já não conta como ator do sistema internacional” (MIJARES; NOLTE, 2018, p. 110, tradução livre). A Unasul tampouco foi bem-sucedida em lidar com as instabilidades políticas e crises que enfrenta a região, abrindo espaço para intervenção política externa.

Em um contexto marcado pela falta de lideranças e por instabilidade política, as limitações de um modelo institucional baseado em interpresidencialismo e intergovernamentalismo tornou-se clara. O regionalismo dos anos 2000 dependia de lideranças políticas fortes, com interesse na organização. Assim, quando as divergências regionais aumentaram e houve mudanças políticas internas, a falta de institucionalidade supranacional acelerou o desmonte do regionalismo. Nesse contexto, cabe pontuar: i) as crises e a instabilidade política; ii) a falta de lideranças; e iii) a constante falta de convergência estratégica, como fatores que aceleraram a fragmentação regional.

A partir de 2013, com o fim do superciclo das *commodities* que sustentou o crescimento do início dos anos 2000, a América Latina vive um momento de estagnação econômica, que se somou a crises também no plano político, incluindo vários episódios de renúncia ou *impeachments* presidenciais. A Unasul não respondeu de forma relevante a tais crises, abrindo espaço para a atuação externa, sendo que países que atuam como lideranças regionais também foram afetados por essa situação.

Há crescente polarização política, com alternâncias significativas de preferências político-ideológicas pelos eleitores sul-americanos. Após mais de uma década de domínio de governos de centro-esquerda ou esquerda, momento que se consolidou na literatura como “onda progressista” (SANTOS, 2018), assistiu-se à ascensão de lideranças de direita, especialmente a partir de 2018. Em 2022, começou-se a especular sobre a existência de uma “nova onda progressista” a partir da eleição de presidentes de esquerda e centro-esquerda em países relevantes.

As eleições presidenciais também têm mostrado a insatisfação dos eleitores, com tendência aos “votos enraivecidos”, que refletem o rechaço aos partidos e lideranças tradicionais, às elites e às instituições. Esse tipo de voto reflete a preferência por lideranças que se apresentam como *outsiders* e têm uma retórica crítica ao sistema político (MALAMUD; CASTELLANO, 2018). Bruni (2022) aponta que, nas últimas eleições latino-americanas, tem predominado uma tendência de vitória da oposição, sendo que os oficialismos têm encontrado dificuldades em reeleições e em construir lideranças de continuidade.

A principal situação de crise refere-se ao caso da Venezuela, marcada por repressão estatal e importante polarização política. Embora a Unasul tenha – em um primeiro momento – buscado apresentar-se como mediadora entre governo e oposição, os resultados não foram palpáveis e não se avançou na negociação. A partir de 2017, com a criação de uma Assembleia Constituinte por Nicolás Maduro, o autoritarismo do governo venezuelano é nítido. Essa assembleia foi constituída após ganhos da oposição no parlamento e, em termos práticos, neutralizava o poder dos opositores.

Especialmente a partir de 2019, quando Juan Guaidó se autodeclarou presidente interino e foi reconhecido pelos Estados Unidos, por países europeus e por diversos países sul-americanos, a busca de mudança de regime pelos EUA se intensificou, embora também sem resultados concretos, uma vez que o regime de Maduro resistiu a tais pressões (BOLTON, 2020). No âmbito regional, foi formada uma instituição *ad hoc* para discutir a situação da Venezuela, o Grupo de Lima, que criticava fortemente o autoritarismo no país. A OEA atuou de forma notória a partir de seu Secretário Geral e houve reunião dos membros do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) para discutir a situação. No momento atual, após o insucesso da estratégia de mudança de regime e com a maior demanda global por energia em razão das sanções impostas à Rússia, parece haver uma tendência de normalização das relações diplomáticas com o regime venezuelano.

O caso do Brasil também é relevante, porque explicita a falta de liderança para a consolidação das iniciativas regionais. Embora seja possível perceber menor vontade política em promover o protagonismo regional brasileiro desde o primeiro governo Dilma Rousseff (CERVO; LESSA, 2014), é especialmente a partir de 2014 que a crise econômica e política coloca obstáculos ao exercício da liderança de acordo com dados do Banco Mundial, o PIB brasileiro cresceu apenas 0,5% em 2014 e as taxas de crescimento foram negativas nos dois anos seguintes (THE WORLD BANK, [2023]). Ao mesmo tempo, iniciando-se em 2013, ficou mais evidente a crise política que resultou no processo de *impeachment* de Rousseff em 2016. Nos anos seguintes, houve uma guinada na Política Externa Brasileira, que passou a priorizar as relações com o Norte Global e com os Estados Unidos, processo intensificado com o governo Jair Bolsonaro (2019-2022) (RUVALCABA, 2021; SARAIVA; SILVA, 2019). Nesse ínterim, o Brasil perdeu protagonismo e deixou de exercer liderança regional.

No ano de 2023, há uma sucessão de crises na região. Bolívia e Argentina passam por crise econômica, sendo que, no caso da segunda, há também altos índices de inflação. No Peru, a crise política arrasta-se por anos, sendo que, desde 2016, seis pessoas diferentes ocuparam a cadeira presidencial, com duas renúncias e dois *impeachments*. Em 2022, o então presidente Pedro Castillo

tentou dissolver o Congresso, o qual votou em seguida sua destituição. Castillo foi preso e Dina Boluarte assumiu a presidência, o que foi seguido de protestos e repressão estatal (GONÇALVES, 2023).

No caso do Brasil, a instabilidade política latente se manifestou de forma explícita após às eleições presidenciais de 2022 (GONÇALVES, 2023). Também cabe ressaltar o caso do Equador, onde, em maio de 2023, o presidente fez uso de provisão constitucional para dissolver a Assembleia Nacional e convocar novas eleições, evitando um processo de *impeachment* e abrindo a possibilidade de governar por decreto até a ocorrência de novas eleições. Apesar de a medida ser prevista na Constituição, a forma como foi usada gerou controvérsia sobre sua legalidade e aplicação (BECKER, 2023).

Além dessas questões de caráter interno, também há discrepâncias estratégicas influenciadas pela geografia sul-americana. Há diferenças entre países voltados para o Atlântico ou para o Pacífico e dificuldades de integração física decorrentes da topografia, sendo que as cadeias de montanhas e as densas florestas tropicais dificultam a comunicação regional. Historicamente, a infraestrutura de transporte na região foi financiada por potências estrangeiras, visando apoiar a exportação de *commodities*. Assim, a vontade política de criar formas de comunicação regional muitas vezes é colocada em segundo plano, em razão dos incentivos materiais para construção de infraestrutura de suporte às exportações extrarregionais.

A criação da Aliança do Pacífico, em 2012, ampliou as diferenças de agendas na região. A constituição do bloco foi influenciada pela geografia, pois reúne países cuja costa marítima situa-se no Pacífico, o que promove uma orientação geoestratégica voltada para a Ásia. Essa orientação é acentuada pela transformação daquele continente em um novo polo de poder global. Já para os países cuja costa situa-se no Atlântico Sul, há maiores preocupações com a militarização e projeção de poder de potências do Atlântico Norte nesse espaço. A busca de contornar essa tendência se expressou na criação do conceito de “Amazônia Azul” pelo Brasil e na reativação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) (NOLTE; WEHNER, 2015). Nos anos 2000, houve tentativa de amenizar essas diferenças geoestratégicas sul-americanas a partir da integração em infraestrutura, incluindo projetos de corredores viários para conectar as duas costas (NOLTE; WEHNER, 2015). A ideia de criação de corredores bioceânicos, conectando por terra o Atlântico e o Pacífico, sintetiza a vontade política de conexão com os incentivos econômicos para a aproximação com a Ásia.

Por fim, há diferenças entre países que priorizam relações com diferentes potências. São destaques os casos de Venezuela, com importante aproximação estratégica com a Rússia e a China; Colômbia, o principal aliado dos Estados Unidos na América do Sul; e Paraguai, o único país da sub-região que mantém relações diplomáticas com Taiwan. Essas diferentes escolhas – por vezes de forma a perpetuar a dependência de tais países – contradiz com os objetivos de criação da América do Sul como uma área geoestratégica com relativa autonomia. Na próxima seção, será apresentado um panorama das ações de potências extrarregionais na América do Sul.

#### **4 A DIMENSÃO INTERNACIONAL: A INFLUÊNCIA DE POTÊNCIAS EXTRARREGIONAIS E A COMPETIÇÃO ESTRATÉGICA**

A história da América do Sul e das políticas de defesa na região é marcada pela influência de potências externas. O comércio internacional da região tendeu a ser, em grande parte, destinado aos Estados Unidos e à Europa, assim como investimentos dessas regiões foram determinantes para a construção da infraestrutura e para os processos de industrialização. Formas

de organização social e instituições nacionais também foram inspiradas em modelos presentes no Atlântico Norte.

No campo da Defesa, após as independências, a construção das forças armadas nacionais e sua profissionalização foi levada a cabo por missões internacionais no século XIX e início do século XX. Em geral, estas foram conduzidas pela Prússia (e, posteriormente, Alemanha) – sendo o Chile o caso paradigmático deste modelo – ou pela França – como ocorreu no caso do Brasil entre 1919 e 1938 (DOMINGOS NETO, 2007) Após o final da Segunda Guerra Mundial, consolidaram-se as relações com os Estados Unidos no campo da Defesa, que se tornou um importante fornecedor de armamentos e de treinamento (ROUQUIÉ, 1984). A hegemonia dos Estados Unidos coexistiu com disputas por influência, inicialmente com os países europeus e, em um segundo momento, com a União Soviética (PAZ, 2012; SPYKMAN, 1942).

Durante os anos 1990, contudo, inexistiam outras potências disputando influência, o que Peter Smith (2008) caracteriza como hegemonia por *default*. Ainda assim, cabe pontuar a permanência da capacidade de certos países europeus de acessar o território regional ou influenciar políticas nacionais, seja por domínio territorial, caso da Guiana Francesa e das Ilhas Malvinas, territórios ultramarinos de França e Reino Unido, seja pela existência de bases militares de tais países no Atlântico Sul, ou pela existência de parcerias estratégicas com países da região. Destaca-se a construção da base militar britânica *Mount Pleasant Complex*, estabelecida nas Falklands/Malvinas em 1985, com o objetivo de manutenção da presença e capacidade de combate nas ilhas (NOLTE; WEHNER, 2015).

Nos anos 2000, houve o início de um movimento que impactou de forma relevante a região: o aumento do comércio, dos financiamentos e dos investimentos externos diretos chineses na América do Sul. Embora inicialmente essa tendência tenha sido percebida com ambiguidade pelos Estados Unidos – vista como oportunidade e desafio – a situação começou a modificar-se à medida que se deterioraram as relações China-Estados Unidos. Houve também uma aproximação diplomática entre países sul-americanos e a Rússia, além da construção de relações estratégicas entre este país e a Venezuela.

A busca estadunidense de conter a ascensão chinesa fica nítida ao menos desde 2011, quando o governo de Barack Obama lançou a estratégia conhecida como *pivot* para a Ásia, que visava a uma reorientação estratégica, buscando deixar de priorizar o Oriente Médio e voltar a Política de Defesa para a Ásia-Pacífico (STUART, 2016). Em 2014, ademais, houve um recrudescimento das rivalidades entre Rússia e Estados Unidos, após a anexação da Crimeia. Mead (2014) usa o termo “retorno da geopolítica” para fazer referência ao fim do período percebido como de hegemonia incontestada dos Estados Unidos e de amenização das rivalidades entre grandes potências, que havia predominado nos anos 1990.

Portanto, como forma de entender essa disputa por hegemonia, o conceito de competição estratégica é central. Por competição estratégica entende-se uma situação de rivalidade entre grandes potências na qual há uma diminuição da lacuna de poder entre elas, ao passo que a potência hegemônica não pretende abrir mão de sua posição de primazia. A competição estratégica não é apenas militar, mas envolve dimensões econômicas, disputa tecnológica, controle de infraestrutura e competição ideológica (BRANDS; BERG, 2021). Essa competição não é inevitável e a diplomacia pode contribuir para limitá-la – e, eventualmente superá-la – porém, as dinâmicas políticas nos Estados Unidos têm sido orientadas no sentido do acirramento das disputas. Já a China reforça sua assertividade em Política Externa e, portanto, não parece disposta a ceder (XUETONG, 2014).

A competição estratégica também tem sido fortemente debatida em relação às suas

implicações específicas para a América Latina. Esse contexto levou ao surgimento de um campo de estudos sobre a influência de atores externos nessa região (GARDINI, 2021; BERNAL-MEZA, 2020; TOKATLIAN, 2008; JENKINS, 2021; WISE, 2021; MYERS; WISE, 2017). Entre eles, Bernal-Meza (2020), abordando o tema desde uma perspectiva da Economia Política Internacional, apresenta a China como um parceiro indispensável para os países da América do Sul e como uma nova potência em ascensão, com potencial para desafiar a hegemonia dos Estados Unidos na região. A importância dos laços econômicos com a China denota que é de interesse para os países sul-americanos manter boas relações com a potência asiática.

Assim, evitar uma situação de alinhamento e preservar graus de autonomia estratégica mostra-se relevante em um momento no qual os Estados Unidos demandam alinhamento em temas específicos. Por outro lado, o comércio com a China tem criado novas formas de dependência regional, baseadas na exportação de matérias-primas, importação de produtos industrializados e tendência de desindustrialização (JENKINS, 2012; SVAMPA; SLIPAK, 2015). Nesse contexto, e considerando a contínua importância estratégica, política e diplomática dos Estados Unidos, manter uma posição de equilíbrio entre ambas as potências se mostra de elevada importância.

#### 4.1 China e América do Sul

Desde o início dos anos 2000, o comércio entre a China e os países da América Latina cresceu exponencialmente, assim como a importância política e diplomática da potência asiática para a região. O aumento do comércio foi impulsionado pela demanda chinesa por alimentos, especialmente soja, e energia, inclusive petróleo, e da oferta sul-americana desses produtos. No campo dos investimentos, destaca-se o financiamento chinês em infraestrutura, sendo que os acordos são negociados de forma bilateral. Apesar da existência de um fórum entre China e América Latina (China-Celac), este visa à promoção de diálogo, não havendo uma estratégia coesa sul-americana frente à potência. Esta seria importante, considerando a assimetria existente.

Além da bastante conhecida importância do comércio com a China, há crescimento da dívida com este credor. A tendência de crescimento do financiamento chinês repercutiu nos Estados Unidos, gerando duas preocupações principais: i) a desconfiança de que os investimentos poderiam apoiar governos de tendência anti-Estados Unidos; e ii) a preocupação com o ganho influência pela China.

Com relação ao primeiro aspecto, Kaplan (2016) argumenta que, em comparação com o ocidental, o capital chinês é movido por uma perspectiva de longo prazo e possui maior inclinação para investir em países considerados de maior risco, ou que colocam em prática políticas econômicas de caráter heterodoxo. Isso deriva em parte de interesses nacionais chineses, como a busca de assegurar fornecimento contínuo de recursos naturais e energia (KAPLAN, 2016). Assim, o capital chinês tornou-se uma alternativa atraente para países sul-americanos que encontram dificuldades para acessar fontes tradicionais de financiamento, casos de Equador, Argentina e Venezuela.

Com relação ao segundo aspecto, a preocupação com o aumento da influência chinesa gerada pelos investimentos é reproduzida por *think tanks* nos Estados Unidos. Em audiência ao Congresso, Ryan Berg (2021), do *Center for Strategic and International Studies* (CSIS), alerta sobre a possibilidade de que a China instrumentalize a dívida para obter bases estratégicas na região. Por outro lado, Margaret Myers e Rebecca Ray (2021), em estudo empírico sobre os empréstimos chineses na América Latina, ponderam que, até o momento, a China não tem agido de forma agressiva. Ao

contrário, a China buscou a renegociação das dívidas durante o período da pandemia. De acordo com as autoras:

vale a pena notar um fenômeno que esteve notadamente ausente das relações financeiras China-ALC em 2020 e não parece ser provável nos próximos meses: o surgimento de uma “armadilha da dívida” [*debt trap*] chinesa. Na última década, à medida que o financiamento oficial chinês para a ALC se expandia, observadores muitas vezes levantaram a possibilidade de que a China estivesse intencionalmente construindo uma armadilha, com empréstimos que não poderiam ser pagos, cuja intenção seria confiscar infraestrutura ou projetos extrativistas caso ocorresse a moratória. O ano de 2020 proporcionou a oportunidade para tais medidas punitivas, mas a China reagiu negociando períodos de carência e não assumiu compromissos financeiros adicionais. (MYERS; RAY, 2021, p. 7, tradução livre).

A presença regional chinesa é extensiva e há a intenção da potência asiática de torná-la bastante ampla, sendo que o último documento elaborado para a região cita a importância de relações nos campos político, econômico, social, cultural, nas relações interpessoais e nas questões relativas à paz, segurança e assuntos jurídicos. No que se refere às relações militares, o documento declara que:

A China realizará ativamente intercâmbios militares e cooperação com países latino-americanos e caribenhos, aumentará os intercâmbios amistosos entre líderes militares e de defesa dos dois lados, fortalecerá o diálogo sobre políticas e estabelecerá reuniões de trabalho, realizará visitas entre delegações e navios, aprofundará intercâmbios em áreas como treinamento militar e de pessoal e operações da paz da ONU, expandirá a cooperação pragmática em ajuda humanitária, contraterrorismo e outras áreas de segurança não tradicionais e aprimorará a cooperação em comércio militar e tecnologia militar. (THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2016, s/p, tradução livre).

Embora a presença chinesa seja especialmente econômica, possíveis implicações estratégicas têm gerado desconfiança nos Estados Unidos, explicitadas pelos dirigentes do Comando Sul. Um exemplo que gerou bastante inquietação foi a instalação de uma estação chinesa para a observação da Lua na província argentina de Neuquén. A base tem, declaradamente, objetivos pacíficos relacionados à exploração espacial, mas se localiza em região remota, é operada por militares e os argentinos têm limitado direito de utilizar a infraestrutura (LONDOÑO, 2018). Nos Estados Unidos, essa base tem gerado receio de que seja utilizada para outros fins.

De forma geral, percebe-se que o relacionamento com a China é de grande relevância para os países sul-americanos, sendo central para sua economia. Embora não tenha promovido desenvolvimento, as relações com a potência asiática são indispensáveis para o crescimento de setores economicamente relevantes. Porém, a dinâmica de rivalidade entre essa potência e os Estados Unidos começa a gerar maiores desafios, incluindo custos gerados pela reação da potência dominante.

## 4.2 Rússia e América do Sul

**A**o contrário do caso chinês, o aumento dos contatos entre Rússia e América do Sul não se explica por bases econômicas, já que os intercâmbios entre o país e a região não são tão expressivos quando comparados ao comércio e investimentos com Estados Unidos, China e países europeus (ELLIS, 2017). Nos últimos anos, houve aproximação diplomática, incluindo frequentes visitas de alto nível a países da região. Da perspectiva russa, as relações importam para a construção

da narrativa de que o país ainda é uma potência com atuação global (MILES, 2021). As relações também são relevantes, da perspectiva russa, para diminuir o seu isolamento internacional decorrente das sanções ocidentais iniciadas com a invasão da Crimeia em 2014 e intensificadas com a invasão de 2022 à Ucrânia.

Outro ponto importante do engajamento russo refere-se à venda de armas, que tem se concentrado nas exportações para a Venezuela. Transferências de armamentos importam, pois implicam em parcerias de longo prazo em termos de manutenção dos equipamentos e, possivelmente, treinamento. A companhia russa Rosfnet também investiu de forma relevante na indústria petrolífera venezuelana e a Gazprom investe na Bolívia. Há também aproximação estratégica com Cuba e Nicarágua – incluindo venda de armas – o que pode ter impactos indiretos para a América do Sul (ELLIS, 2017).

Cabe destacar que a narrativa de Política Externa russa, assim como a chinesa, passa pela construção de um mundo multipolar, o que condiz com discursos de lideranças políticas na América do Sul (CICCARILLO, 2016). Nos temas referentes à reforma da governança global e dos processos de tomada de decisão em organizações internacionais, há pontos de convergência entre Rússia e países sul-americanos. Nesse sentido, cabe lembrar a formação dos BRICS, fórum que tem contribuído para o protagonismo internacional brasileiro.

### 4.3 As reações dos Estados Unidos

Diferentes atores estadunidenses, como os militares e o Congresso, começaram a acompanhar com desconfiança as relações China-América Latina e Rússia-América Latina desde o início dos anos 2000, o que se intensificou a partir do governo Trump (AYERBE, 2019; CAMPOS; PREVOST, 2019; KRIVOLÁPOV; STEPÁNOVA, 2020; MILANI, 2021a). Assim como em âmbito mundial, na América Latina, a China busca comunicar aos Estados Unidos que seus objetivos são pacíficos e que não há intenção de desafio hegemônico (PAZ, 2012). Apesar disso, a percepção da China como uma ameaça é cada vez mais explícita entre os atores políticos estadunidenses. Há crescente preocupação com o possível uso dual dos investimentos e com o fornecimento de minérios estratégicos, como o lítio, temas que têm sido mencionados em discursos da Comandante Laura Richardson, do Comando Sul (ATLANTIC COUNCIL, 2023).

Em um relatório publicado pela Universidade Internacional da Flórida em parceria com o Comando Sul, os pesquisadores Hals Brands e Ryan Berg (2021, p. 4, tradução livre) definem como interesse vital dos Estados Unidos na região a manutenção da “negação estratégica”, definida como a busca de “impedir que rivais poderosos alcancem pontos de apoio estratégicos na América Latina ou possam prejudicar significativamente a influência dos EUA e a segurança do hemisfério”.

Atualmente, entre as ações observáveis norte-americanas que objetivam a negação estratégica, pode-se destacar: a) adoção de uma retórica agressiva, que, nos diálogos com os países da região, caracteriza a China como um ator “imperialista” e “expropriador”, aconselhando aos países latino-americanos uma limitação das relações com a potência asiática; b) o anúncio de programas econômicos de apoio aos investimentos privados na região, como o *Americas Partnership*, como uma forma de fazer frente aos crescentes investimentos chineses; e c) a cooperação em segurança, com aumento da importância do Comando Sul no âmbito de suas ações na região. Embora com mais atenção para a América Central e o Caribe, essas ações compõem tentativas de rearticular sua hegemonia também na América do Sul, buscando perpetuar essa região como área de influência.

Como parte da estratégia de contenção da China, os militares estadunidenses propõem a

ampliação das “parcerias” com suas contrapartes latino-americanas, entendendo-as como essenciais para que os EUA se mantenham como o ator de escolha no âmbito da cooperação em segurança (USSOUTHCOM, 2022). Assim, há um aumento da importância do Comando Sul para a política regional e um incremento da relevância da cooperação em temas estratégicos (LAJTMAN, 2020). Portanto, percebe-se que a atuação de potências externas na América do Sul importa também – talvez principalmente – pelas reações que vêm gerando no discurso e ação da potência hegemônica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vontade política de promoção da integração e cooperação regional na América Latina é uma variável de longa data, retomada em diferentes momentos da História por lideranças políticas da região. O momento atual parece ser um destes, pois há renovada retórica e incipiente articulação política pela retomada de iniciativas que haviam sido negligenciadas nos últimos anos. Neste momento, atores políticos olham para o regionalismo pós-hegemônico dos anos 2000, expresso na Unasul, como fonte de inspiração.

Contudo, na retomada de uma “geopolítica da integração”, é importante considerar duas classes de fatores: as fragilidades estruturais da região e as mudanças geopolíticas no plano global. Como discutido na primeira seção deste artigo, o regionalismo dos anos 2000 conviveu com um processo de desindustrialização e crescimento econômico pouco sustentável, baseado na venda de *commodities*. Ademais, houve sobreposição com articulações pan-americanas, lideradas pelos Estados Unidos. Devem-se estar atentos para esses fatores durante a retomada do regionalismo, buscando amenizar tendências centrífugas.

Em segundo lugar, é preciso reconhecer que, no plano global, a política internacional se transformou de formas relevantes nos últimos anos, com o advento da competição estratégica entre grandes potências. Essa tendência pode trazer algumas oportunidades para a região, a exemplo da demanda estadunidense por deslocar a produção de empresas transnacionais para países mais próximos (geográfica e politicamente). O aumento do peso geopolítico de países em desenvolvimento é relevante para o Brasil, já que há pontos de convergência em política externa, especialmente, no que se refere à reforma da governança global. Contudo, os desafios são exacerbados, especialmente quando se nota uma tendência de securitização das relações da América do Sul com potências extrarregionais nas narrativas da potência dominante.

Essas mudanças têm repercussões para o planejamento estratégico em Defesa, já que impactam os custos e benefícios relativos a escolhas de parceiros estratégicos e ressaltam a necessidade de cooperação e incremento das relações militares sul-americanas. Há maiores pressões por alinhamento – sendo que formas de cooperação em Defesa aumentam expectativas nesse sentido – ao mesmo tempo em que manter uma posição de diversificação de parcerias mostra-se relevante para o país.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSEN, R. et al. Confronting the international political sociology of the new right. **International Political Sociology**, v. 14, n. 1, p. 94-107, 2020.
- ATLANTIC COUNCIL. **A conversation with General Laura J. Richardson on security across the Americas**. Commanders Series Event, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S2ry5Xl7AhM>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- AYERBE, L. F. La política de la administración Trump para América Latina: ¿reinención de la Doctrina Monroe? **Revista Tempo do Mundo**, v. 5, n. 1, p. 225-240, 2019.
- BECKER, M. Ecuador's divided electoral landscape. **The North American Congress on Latin America (NACLA)**, 2023.
- BERG, R. C. **China in Latin America and the Caribbean**. Washington, D.C.U.S. Government, 2021. Disponível em: [https://www.uscc.gov/sites/default/files/2021-05/Ryan\\_Berg\\_Testimony.pdf](https://www.uscc.gov/sites/default/files/2021-05/Ryan_Berg_Testimony.pdf). Acesso em: 29 jun. 2023.
- BERNAL-MEZA, R. Introduction: understanding China–Latin America relations as part of the transition of the world order. In: BERNAL-MEZA, R.; XING, L. (eds.). **China–Latin America relations in the 21st century**. The dual complexities of opportunities and challenges. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2020. p. 1–27.
- BOLTON, J. **The Room where it happened**. New York: Simon & Schuster, 2020.
- BRANDS, H.; BERG, R. C. The return of geopolitics: Latin America and the Caribbean in an era of strategic competition. **Jack Gordon Institute Research Publications**, v. 37, p. 26, 2021.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 11.475, de 6 de abril de 2023**. Promulga o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, firmado pela República Federativa do Brasil, em Brasília, em 23 de maio de 2008. Brasília: Diário Oficial da União, 2023a.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Consenso de Brasília – 30 de maio de 2023**. Brasília, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/resolveuid/61e4a2fa858b444186194c4ebf5a42d2>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- BRICEÑO RUIZ, J. Ejes y modelos en la etapa actual de la integración económica regional en América Latina. **Estudios Internacionales**, v. 175, n. 175, p. 9-39, 2013.
- BRUNI, L. A. Se profundiza el “giro a la oposición”. **El Estadista**, p. 1, 2022.
- CAMPOS, C. O.; PREVOST, G. The Trump administration in Latin America: continuity and change. **International Journal of Cuban Studies**, v. 11, n. 1, p. 13-23, 2019.
- CERVO, A. L.; LESSA, A. C. O declínio : inserção internacional do Brasil (2011 – 2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, p. 133-151, 2014.
- CICCARILLO, S. G. The Russia-Latin America nexus: realism in the 21st century. **Review of International Studies**, v. 47, p. 25–45, 2016.

- COMIMI, N.; FRENKEL, A. Una Unasur de baja intensidad. **Nueva Sociedad**, v. 250, p. 58–77, 2014.
- CRANDALL, R. The post-American hemisphere. Power and politics in an autonomous Latin America. **Foreign Affairs**, v. 9, n. 3, p. 83-95, 2011.
- DOMINGOS NETO, M. Gamelin, o modernizador do Exército. **Tensões Mundiais**, v. 3, n. 4, p. 219-256, 2007.
- DREZNER, D. W. A post-hegemonic paradise in Latin America? **Americas Quartely**, v. Winter, p. 40-43, 2015.
- ELLIS, R. E. Russian engagement in Latin America: an update. **Center for Strategic and International Studies**, dez. 2017.
- GARDINI, G. L. **External powers in Latin America**. New York: Routledge, 2021.
- GONÇALVES, F. N. Crises na América do Sul. **Interesse Nacional**, maio 2023.
- HAKIM, P. Is Washington Losing Latin America? **Foreign Affairs**, v. 85, n. 1, p. 39–53, 2006.
- HARRIS, R. L. China's relations with the Latin American and Caribbean countries: a peaceful panda bear instead of a roaring dragon. **Latin American Perspectives**, v. 42, n. 6, p. 153–190, 2015.
- JENKINS, R. Latin America and China - a new dependency? **Third World Quarterly**, v. 33, n. 7, p. 1337-1358, 2012.
- JENKINS, R. China's Belt and Road Initiative in Latin America: what has changed? **Journal of Current Chinese Affairs**, v. 51, n. 1, p. 13-39, 2021.
- JENKINS, R.; DE FREITAS BARBOSA, A. Fear for manufacturing? China and the future of industry in Brazil and Latin America. **China Quarterly**, n. 209, p. 59–81, 2012.
- JUNQUEIRA, C. G. B.; MILANI, L. P. Regionalismo governamental sul-americano: deficiências institucionais e dependência. **Mundo e Desenvolvimento: Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP**, v. 2, n. 3, p. 66-88, 2019.
- KAPLAN, S. B. Banking unconditionally: the political economy of Chinese finance in Latin America. **Review of International Political Economy**, v. 23, n. 4, p. 643-676, 3 jul. 2016.
- KRIVOLÁPOV, O. O.; STEPÁNOVA, N. V. La estrategia político-militar de la administración de Donald Trump con respecto a América Latina. **Iberoamérica**, v. 4, n. 1, p. 24-47, 2020.
- LAJTMAN, T. Trump y la renovación del militarismo imperial en América Latina y el Caribe. In: ROMANO, S. M. (Ed.). **Trumperialismo**. La guerra permanente contra América Latina. Buenos Aires: Celag: Mármol Izquierdo, 2020. v. 1. p. 37-63.
- LONDOÑO, E. From a space station in Argentina, China expands its reach in Latin America. **The New York Times**, 28 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/07/28/world/americas/china-latin-america.html>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- MALAMUD, C.; CASTELLANO, R. N. **El voto del enojo**: el nuevo (o no tan nuevo) fenómeno

electoral latinoamericano. Madrid: Real Instituto Elcano, 2018.

MARIANO, K. P.; BRESSAN, R. N.; LUCIANO, B. T. Liquid regionalism: a typology for regionalism in the americas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, n. 2, 2021.

MEDEIROS FILHO, O. A South American defence structure: problems and prospects. **Contexto Internacional**, v. 39, n. 3, p. 673-689, dez. 2017.

MIJARES, V.; NOLTE, D. Regionalismo posthegemónico en crisis ¿Por qué la Unasur se desintegra? **Foreign Affairs Latinoamérica**, v. 18, n. 3, p. 105-112, 2018.

MILANI, L. P. US Foreign Policy to South America since 9/11: neglect or militarisation? **Contexto Internacional**, v. 43, n. 1, p. 121-146, 2021a.

MILANI, L. P. Brasil e Estados Unidos: cooperação em defesa e busca de autonomia (2003-2010). **Carta Internacional**, v. 16, n. 1, p. e1091, 29 abr. 2021b.

MILES, R. Russia in Latin America. In: GARDINI, G. L. (ed.). **External powers in Latin America. Geopolitics between neo-extractivism and South-South cooperation**. New York: Routledge, 2021. p. 310.

MEAD, Walter Russell. The return of geopolitics: the revenge of the revisionist powers. **Foreign Affairs**, v. 93, p. 69, 2014.

MUDDE, C. **The far right today**. Cambridge, UK: Polity Press, 2019.

MYERS, M.; RAY, R. **Shifting gears: Chinese finance to LAC in 2020**. Washington, D.C.: The Inter-american Dialogue, 2021.

MYERS, M.; WISE, C. (orgs.). **The political economy of China-Latin America relations in the new millennium**. Brave new world. New York: Routledge, 2017.

NOLTE, D.; WEHNER, L. E. Geopolitics in Latin America, old and new. In: MARES, D. R.; KACOWICZ, A. M. (eds.). **Routledge handbook of Latin American security**. London: New York: Routledge, 2015. p. 11.

PAZ, G. S. China , United States and hegemonic challenge in Latin America : an overview and some lessons from previous instances of hegemonic challenge in the region. **The China Quarterly**, v. 209, p. 18-34, 2012.

PUNTIGLIANO, A. R. 'Geopolitics of Integration' and the imagination of South America. **Geopolitics**, v. 16, n. 4, p. 846-864, out. 2011.

RENDON, M.; FERNANDEZ, C. **The fabulous five**. How foreign actors prop up the Maduro regime in Venezuela. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, 2020.

RIGGIROZZI, P.; TUSSIE, D. **The rise of post-hegemonic regionalism**. The case of Latin America. London: New York, : Springer, 2012.

ROUQUIÉ, A. **O Estado militar na América Latina**. 1. ed. Santos: Editora Alfa Omega, 1984.

RUVALCABA, D. M. La política exterior de Estados Unidos hacia Brasil: cambios y continuidades

- en la administración Biden. **Relaciones Internacionales**, v. 94, n. 1, p. 141-169, 2021.
- SAINT-PIERRE, H. L. “Defesa” ou “segurança”? reflexões em torno de conceitos e ideologias. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 2, p. 407-433, 2011.
- SANTOS, F. L. B. DOS. **Uma história da onda progressista sul-americana**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.
- SARAIVA, M. G.; SILVA, Á. V. C. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, n. 64, p. 117-137, 2019.
- SMITH, P. **Talons of the eagle**. Latin America, the United States and the world. New York: Oxford University Press, 2008.
- SPYKMAN, N. J. **America’s strategy in world politics: the United States and the balance of power**. New York: Institute of International Studies Yale University. Harcourt, Brace and Company, 1942.
- STUART, D. T. **The pivot to Asia: can it serve as the foundation for American grand strategy in the 21st century?** Carlisle: US Army War College Press, 2016.
- SVAMPA, M.; SLIPAK, A. M. China en América Latina: del consenso de los commodities al consenso de Beijing. **Revista Ensamble Primavera**, v. 2, n. 3, p. 34-63, 2015.
- TEIXEIRA, C. G. P. **Brasil, the United States and the South American subsystem**. Regional politics and the absent empire. Lanham: Lexington Books, 2012.
- THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA. **Full text of China’s Policy Paper on Latin America and the Caribbean**. 2016. Disponível em: [http://english.www.gov.cn/archive/white\\_paper/2016/11/24/content\\_281475499069158.htm](http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2016/11/24/content_281475499069158.htm). Acesso em: 29 jun. 2023.
- THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. Washington, D.C., 2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- THE WORLD BANK. **World Development Indicators Database. GDP growth (annual %)-Brazil**, [2023]. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=BR>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- TICKNER, A. B. Intervención por invitación. Claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales. **Colombia Internacional**, n. 65, p. 90-111, 2007.
- TICKNER, A. B.; MORALES, M. Cooperação dependente associada . Relações estratégicas estratégicas assimétricas entre Colombia y Estados Unidos. **Colombia Internacional**, v. 85, n. setembro-dezembro, p. 171-206, 2015.
- TOKATLIAN, J. G. A View from Latin America. In: ROETT, R.; PAZ, G. (eds.). **China’s expansion into the Western hemisphere. Implications for Latin America and the United States**. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 2008. p. 59-89.
- U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. **2022 National Defense Strategy of the United States of America**. Washington, D.C., 2022.

UNASUR. **Decisión para el establecimiento del Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR.** Santiago, Chile, 2008.

USSOUTHCOM. **Statement of general Laura J. Richardson commander, United States Southern Command before the 117 Congress.** Washington, D.C.: U.S. Southern Command, 2022.

VENEZUELA. **Comunicado oficial de la FANB ante la nueva amenaza imperialista del gobierno norteamericano.** Caracas: Fuerza Armada Nacional Bolivariana, 2017.

VITELLI, M. G. The impossibility of a defence policy in the Americas? Comparing hemispheric and South American security concepts and military roles. **Contexto Internacional**, v. 42, n. 1, p. 81-102, 2020.

WISE, C. China in Latin America: winning hearts and minds pragmatically. In: GARDINI, G. L. (ed.). **External powers in Latin America. Geopolitics between neo extractivism and South-South cooperation.** New York: Routledge, 2021. p. 44-59.

XUETONG, Y. From keeping a low profile to striving for achievement. **Chinese Journal of International Politics**, v. 7, n. 2, p. 153-184, 2014.